



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Socorro Neri PP/AC

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº , DE 2025

(Da Sra. Socorro Neri)

Requer a realização de Audiência Pública para debater a necessidade e a importância da implementação da educação financeira nas escolas públicas nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 24, inciso III do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública com a finalidade de debater a relevância da implementação da educação financeira nas escolas públicas em todos os níveis administrativos.

Para esta Audiência Pública, sugere-se a participação dos seguintes convidados:

1. Representante do Banco Central do Brasil;
2. Israel Batista, representante do Conselho Nacional de Educação (CNE);
3. Representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME);
4. Aberson Carvalho, Secretário de Estado de Educação e Cultura do Acre;
5. Alysson Bestene, Secretário Municipal de Educação de Rio Branco;
6. Felipe Paiva, Diretor da B3;
7. Representante da Comissão de Valores Mobiliários CVM;
8. Raony Bourscheidt, CEO da MELVER S.A.

JUSTIFICAÇÃO

A educação financeira tem-se apresentado como um tema de crescente relevância para o desenvolvimento social e econômico do Brasil. Desde a publicação do Decreto nº 7.397/2010, que instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), e sua subsequente inclusão na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pela Lei nº 13.415/2017, observa-se um movimento para ampliar a inserção do tema no contexto educacional brasileiro.

Apresentação: 19/03/2025 12:52:40,520 - CE

REQ n.4/2025





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Socorro Neri PP/AC

Apresentação: 19/03/2025 12:52:40,520 - CE

REQ n.4/2025

Apesar desses avanços, há uma patente necessidade premente de debater a efetividade da implementação da educação financeira nas escolas públicas, e o impacto direto dessa formação na vida dos estudantes. A significativa crescente vulnerabilidade econômica das famílias brasileiras, agravada pelo superendividamento e pela falta de conhecimento sobre gestão financeira, torna essencial a ampliação desse debate para garantir políticas públicas eficazes na formação de cidadãos financeiramente conscientes e preparados para enfrentar os desafios da economia moderna.

Importante salientar que o Brasil enfrenta um cenário desafiador, diante da rápida expansão do mercado de apostas, sendo indiscutível que a falta de informações precisas e técnicas, resulta em cidadãos altamente vulneráveis às dificuldades econômicas, que por muitas vezes, acabam optando por soluções financeiras inconsistentes e desprovidas de critério.

Nesse aspecto, a educação financeira também poderá desempenhar um papel essencial no desenvolvimento social e econômico de uma população financeiramente instruída, que não apenas administra melhor seus recursos, como também, adquire uma compreensão mais ampla sobre economia e mercado, fortalecendo sua capacidade de tomada de decisões, promovendo maior estabilidade financeira em âmbito nacional.

Ademais, a experiência internacional demonstra que programas estruturados de educação financeira podem contribuir para a redução do endividamento familiar e o aumento da poupança (poupar dinheiro), possibilitando, inclusive, a iniciação conceitual sobre finanças básicas e avançadas, com a consequente melhoria na qualidade de vida da população em geral.

No Brasil, a falta de uma abordagem uniforme e eficaz para o ensino desse tema nos currículos escolares reforça a necessidade de discussão quanto às formas de aprimoramento de sua implementação.

Desta forma, a audiência pública proposta tem como objetivo principal analisar os desafios e oportunidades da educação financeira na educação básica, discutir estratégias para sua implementação em larga escala e garantir que haja integração entre os diferentes entes federativos para o sucesso da iniciativa.

Diante da relevância da matéria, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, de março de 2025.

Socorro Neri
Deputada Federal PP/AC

